

## O que significa o “reconhecimento das centrais”

O governo já enviou ao Congresso o PL 1990/07, chamado de “reconhecimento das centrais sindicais”, que teria sido negociado entre o governo e as centrais. Em resumo, o seu conteúdo é o seguinte:

a) para ser reconhecida, basta que uma central obtenha a filiação de 100 sindicatos em 5 regiões e, em pelo menos três dessas regiões, tenha mais de 20 sindicatos; deverá, ainda, ter sindicatos em 5 setores de atividade econômica e 7% de sindicalizados;

b) com isso, começa a disputa por 10% do total arrecadado com o imposto sindical, sendo que os trabalhadores de base jamais foram consultados sobre se querem continuar pagando esse imposto sindical ou não;

c) fica reforçada a tutela do Ministério do Trabalho sobre a organização sindical, pois a ele compete baixar instruções sobre critérios para aferir representatividade bem como alterá-los;

d) também é mantida a unicidade sindical, ou seja, a imposição legal, pelo estado, da existência de um único sindicato por categoria e região, em vez da unidade livremente construída pelos trabalhadores, amparados pela liberdade sindical prevista na Convenção 87 da OIT;

e) o reconhecimento das centrais se dá principalmente para “participar de colegiados de órgãos públicos de diálogo social que possuam composição tripartite”, ou seja, a “governança”

e a integração ao estado;

f) a representação dos trabalhadores se dará “por meio das organizações sindicais filiadas às centrais, o que significa que elas - e a CUT em particular - não terão reconhecido o direito de negociação coletiva bilateral com os patrões e governos em representação de sua base.

É fácil verificar que esses pontos estão em aberta contradição com os princípios constitutivos da CUT – e também do Sindsep-DF e da Condsef. Embora a atual legislação isente os servidores públicos federais do imposto sindical, a defesa da autonomia e independência sindical exige uma luta para impedir a aprovação desse PL.

## Servidores aprovam ajuizamento de ações

Em assembléia geral, dia 03.10, os servidores filiados aos Sindsep-DF aprovaram o ajuizamento de duas novas ações trabalhistas e ratificaram a decisão da Executiva do sindicato em ajuizar outras duas.

A primeira ação ratificada garante a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas no pagamento das gratificações de desempenho. A aprovação em assembléia era necessária, neste caso, para cumprir uma sentença judicial.

A segunda ação ratificada é para o pagamento da correção salarial referente ao ano de 2003, quando, na tentativa de cumprir a determinação constitucional de corrigir o salário dos servidores anualmente, o governo concedeu VPI (Vantagem Pecuniária Individual) no valor de R\$ 59,87 (Lei 10.698/03), que na prática significou o aumento diferenciado em termos percentuais.

As novas ações aprovadas são para:

a) o pagamento da complementação de 3,01% retroativo a 1993, quando o governo concedeu aumento aos servidores militares sem estender aos civis, como garantia a Constituição Federal na época;

b) ressarcimento do Imposto de Renda retido direto na fonte com desconto sobre o abono-permanência (pagamento feito aos servidores que já

cumpriram todos os requisitos para a aposentadoria, mas continuam ativos).

Nas quatro ações será utilizado o instituto do substituto processual, ou seja, com o sindicato representando todos os seus filiados. O número de cada um dos processos será informado assim que as ações forem ajuizadas, o que deve ocorrer nas próximas semanas.





AGU

## Plenária nacional garante unidade da categoria

Os representantes dos servidores da Advocacia-Geral da União (AGU) em plenária nacional, nos dias 04 e 05.10, aprovaram uma proposta unitária para o conjunto dos servidores do órgão. O documento foi discutido amplamente e será encaminhado pela Condsef na pró-

xima reunião de negociação coletiva com o governo. A proposta atende aos anseios da categoria por meio de um reajuste nas gratificações neste exercício e a continuidade das discussões para implementação do plano de carreira ainda no exercício de 2008.

Conab

### Nova rodada de negociação do Acordo Coletivo

A comissão de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho dos Empregados da Conab 2007/2008 já disponibilizou o informativo nº002/2007, com a situação das cláusulas negociadas com o governo. Em breve, o documento será submetido à aprovação da direção da Conab e dos servidores em assembléia nacional. A íntegra do texto está disponível nos sítios do Sindsep-DF ou da Asnab na internet.

Civis de órgãos militar

### Encontro discute inclusão em carreira

Representantes de diversos estados se reuniram no dia 3.10, em Brasília, para um encontro do Departamento do Pessoal Civil dos Órgãos Militares (DOMC) da Condsef. A categoria está mobilizada e cobra do governo a inclusão de cerca de sete mil servidores que foram excluídos da Carreira de Tecnologia Militar

(CTM), criada pela MP 301 (Lei 11.355/06). Um abaixo-assinado cobrando uma atitude foi entregue aos ministérios do Planejamento e da Defesa. O Ministério da Defesa e os Comandos Militares sinalizaram em apoiar o pleito da categoria junto ao Planejamento.

Aposentados

### Ação em defesa da paridade

Em assembléia no dia 27.09, com a presença de 111 filiados, foram eleitos os delegados dos aposentados e pensionistas para o Congresso da Condsef.

A assembléia também ratificou por unanimidade o ajuizamento de ação judicial pelo Sindsep-DF para garantir a paridade nas gratificações pagas a ativos, aposentados e pensionistas.



Ibama-Parque Nacional

### Sindsep conquista revogação de advertências

Por decisão administrativa, foram suspensas as advertências aplicadas pelo chefe do Parque Nacional de Brasília, Darlan Alcântara de Pádua, a três servidores do órgão: Otaciano de Souza Matos, Valdivino Bernardes de Moraes e Newton Cabral. As penalidades foram aplicadas sem a apuração dos fatos por meio de Processo Disciplinar, que assegurasse o direito de ampla defesa.

A justificativa da chefia para as punições era de que os servidores teriam se ausentado do PNB sem a sua autorização. Eles haviam saído para uma reunião na Superintendência do Ibama para tratar de assuntos de interesse da categoria.

Na época, em setembro de 2006, o Sindsep-DF foi chamado a intervir contra a arbitrariedade e adotou duas medidas: ingressou com requerimento administrativo e, também, ação judicial o que acabou levando, agora, a Coordenação de Administração de Pessoal a revogar as advertências. Lamentavelmente, um dos beneficiados com a medida, o companheiro Newton Cabral, faleceu em outubro do ano passado. Agente de fiscalização do Ibama, ele sempre esteve à frente das ações em defesa dos colegas de trabalho do PNB.



Funai

# PCCI decepciona servidores

A proposta do Plano de Carreira e Cargos Indigenista (PCCIN) apresentada pelo governo decepcionou os servidores da Funai. A proposta aprofunda a quebra da paridade, não considera as perdas salariais históricas e ainda oferece um reajuste salarial insignificante escalonado em três anos, a partir de 2008. O nível intermediário, no qual está 80% da categoria, é penalizado, com um ganho anual que é de somente R\$ 34,00! O Plano ainda cria cinco carreiras internas, quando a proposta da própria direção da FUNAI é a execução de uma política indigenista única.

Ao apresentar a proposta, o governo afirmou que não haverá negociação para alterações no texto, que deve ser encaminhado a Casa Civil do jeito que está. Durante o Encontro Nacional da categoria, em 01 e 02.10, os servidores da FUNAI decidiram não aceitar essa imposição. Insistindo na negociação de um novo plano de carreira para o setor, um documento já encaminhado pela Condsef, em 02.10, contesta o fato de o governo não ter apresentado o detalhamento do PCCI para análise da categoria.

## Plano de carreira

### Governo diz que tem proposta para o PGPE

Pressionado pelas reivindicações de dezenas de movimentos de servidores do PGPE, o governo anunciou que apresentará uma proposta global. Uma parte permanecerá no PGPE mas com a elevação do Vencimento Básico e incorporação das gratificações. Para alguns órgãos, poderia haver planos de carreira específicos. O anúncio deve sair em algumas semanas. Enquanto isso, a pressão precisa continuar.

## Vale do Rio Doce

### Empresa tenta impedir investigação

Na quarta-feira, dia 10.10, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julga uma "Reclamação" da Companhia Vale do Rio Doce, que pretende impedir a tramitação de 62 processos que investigam irregularidades no leilão de privatização, ocorrido em maio de 1997.

Esses processos haviam sido reabertos pela 5ª Turma do Tribunal Regional Federal-DF. A decisão, adota-

da em 16.12.05, deu base para a retomada da campanha pela anulação do leilão de privatização, que culminou com o plebiscito nacional realizado pela CUT, Sindsep-DF e outras entidades, em setembro. Os resultados do plebiscito serão apresentados a autoridades do legislativo, executivo e judiciário, também durante esta semana.

## MFazenda

### Alterações na Carreira Fazendária

Em reunião com o Ministério do Planejamento, no dia 02.10, os servidores do Ministério da Fazenda solicitaram melhorias na proposta de carreira fazendária alterada pelo governo. Elaborada com base no projeto aprovado pelo GT, a proposta do governo reduz o valor do Vencimento Básico para todos os níveis e aumenta o valor da gratificação apenas para o nível superior. Os servido-

res sugerem que, ao menos os níveis médio e auxiliar, permaneçam com os valores apresentados pelo GT. Já o nível superior teria como base o mesmo VB oferecido aos servidores da Cultura, com impacto a partir de 2008.

Ainda pelo projeto do governo, o reajuste dos níveis médio e auxiliar será escalonado em 2008 e 2009. O do nível superior será dividido em três

parcelas, até 2010. O governo se comprometeu analisar as sugestões e apresentar uma resposta o mais breve. A Carreira Fazendária deve ser encaminhada ao Congresso Nacional na forma de medida provisória. Mas o projeto precisa ficar pronto antes do dia 29.10, prazo final para os servidores do Seguro Social optarem em permanecer em seus cargos ou migrar para a carreira fazendária.

## EXPEDIENTE:

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212- 1900. **Colaboraram nesta edição:** Edison Cardoni, Oton Pereira Neves, Zulmira, Sérgio, Fred e Roberto Glauber - **Conselho Editorial:** Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Marta Rosângela e Carlos Henrique - **Jornalista:** Giselle do Valle DF2361JP - **Estagiária:** Leide Santos **Diagramação:** André Filho - **Fotos:** Jane Franco - **Tiragem:** 14.000 - **Impressão:** Intergraf - **Contribua com a elaboração do "Esplanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.**

Visite o novo sítio do Sindsep-DF na internet, que será colocado no ar durante esta semana

# Servidores propõem emendas à nova proposta do governo

Em reunião na quarta-feira, dia 03.10, com a Condsef, Cnasi e Assinagro, a SRH do Planejamento finalmente apresentou nova proposta de tabela remuneratória aos servidores do Incra. Embora tenha havido melhorias em comparação a propostas anteriores, a tabela ainda é contraditória com o Termo de Compromisso assinado em 03.08. No Termo, o governo aponta o Vencimento Básico como o "principal e mais importante componente da remuneração". Na tabela o VB ainda é menor que a gratificação proposta. Além disso, o prazo para implantação do reajuste continua em longos em três anos, o que não resolve o problema de defasagem salarial em relação aos órgãos assemelhados ao Incra. Ao contrário, em 2010, ou até antes, os servidores do Incra enfrentariam a mes-



ma situação de hoje.

Em função desses problemas, a bancada sindical elaborou uma contraproposta que: 1) encurta o período de implantação da tabela, com a primeira parcela sendo paga em dezembro/07 e a última em janeiro/2009; 2) aumenta para 60% o peso do VB na tabela remuneratória e reduz para 40% o peso da gratificação; 3) divide a gra-

tificação em duas partes iguais, com a primeira metade fixa e a segunda variável. O objetivo é avançar no sentido de restabelecer a paridade entre a remuneração de ativos, aposentados e pensionistas. Tanto a proposta do governo como a contraproposta da bancada sindical foram encaminhadas para apreciação dos servidores em todo o país.

## Cultura

# Encontro Nacional reforça unidade dos servidores

Representando dez estados da federação, delegados eleitos em Assembléias do Ministério da Cultura e vinculadas (Iphan, Fundação Palmares, Biblioteca Nacional, Funarte) participaram de Encontro Nacional do setor, nos dias 04 e 05.10. Eles discutiram a luta pelo Plano de Carreira, com foco na nova pro-

posta de tabela salarial apresentada pelo governo na mesa de negociação.

No Encontro, os servidores partiram da proposta do governo, mas com algumas alterações, que serão propostas em documento que a Condsef vai enviar. A principal delas é a melhoria do Vencimento Básico do nível intermediário.

Outro ponto a ser reivindicado é a antecipação dos prazos de escalonamento do reajuste, além da continuação das negociações para a implementação da gratificação de titularidade, da racionalização de cargos, a realização de concurso de público e o desenvolvimento na carreira.

## Eleições Sindsep

# Comissão Eleitoral inicia seus trabalhos

A publicação do Edital no EG 254, em 21.09, abriu o processo para as eleições da Diretoria Administrativa e do Conselho Fiscal do Sindsep-DF, que ocorrem nos dias 7 e 8 de novembro, para o triênio 2007-2010.

Todo o processo será coordenado por uma Comissão Eleitoral, cujos membros já foram eleitos na Assembléia Geral do dia 01.10, que lotou o Auditório Chico Zóccoli, na sede do sindicato. São eles: Afonso Magalhães, Júlio Barros, Pe-

dro Armengol, Roberto Miguel e Rogério Antonio Expedito.

O prazo para a inscrição de chapas se encerrou no sábado, dia 06.10, às 18 horas e a relação nominal dos candidatos será publicada ainda nesta semana, pela Comissão Eleitoral.

No total, são 45 funções do sindicato que serão preenchidas. Conheça trechos do Estatuto que tratam dos organismos a serem eleitos. A íntegra encontra-se no sítio do Sindsep-DF na internet.



## DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Art. 19 - A administração do Sindicato será exercida por uma Diretoria Administrativa composta de 33 (trinta e três) membros efetivos e mais 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes.

Art. 20 - Compõem a Diretoria Administrativa as seguintes pastas:

- Secretaria Geral,
- Secretaria de Organização e Patrimônio,
- Secretaria de Finanças,
- Secretaria de Formação,
- Secretaria de Assuntos Jurídicos,
- Secretaria de Filiação e Política Sindical,
- Secretaria de Aposentados e Saúde do Trabalhador,
- Secretaria de Movimentos Sociais, Gênero e Raça,
- Secretaria de Comunicação e Imprensa,
- Secretaria de Estudos Sócio Econômico e Empresas Públicas,
- Secretaria de Relações intersindicais e Parlamentares;

§1o - Cada secretaria será composta de 3 (três) membros, sendo que existirá um coordenador que será o responsável pela coordenação da ação política do SINDSEP-DF no âmbito da secretária a qual pertence.

## CONSELHO FISCAL

Art. 39 - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros, com igual número de suplentes, eleitos na mesma chapa da diretoria.

# Eleições do Sindsep-DF 7 e 8 de novembro